

BENEFÍCIOS FISCAIS

01	N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL (NIF)	02	PERÍODO
	1 5 3 9 2 1 1 8 3 4		1 2 0 1 8

03 RENDIMENTOS ISENTOS

031	ISENÇÃO DEFINITIVA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS
	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)	301
	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)	302
	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)	303
	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14.º, n.º 2 do CIRC)	313
	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente	314
	Outras isenções definitivas	304

031-A	Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente
	Código do benefício
	Montante

031-B	Campo 304 - Outras isenções definitivas
	Código do benefício
	Montante

032	ISENÇÃO TEMPORÁRIA	RENDIMENTOS LÍQUIDOS
	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)	305
	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)	306
	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)	307
	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)	308
	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)	309
	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)	310
	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]	311
	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente	315
	Outras isenções temporárias	312

032-A	Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente
	Código do benefício
	Montante

032-B	Campo 312 - Outras isenções temporárias
	Código do benefício
	Montante

04 DEDUÇÕES AO RENDIMENTO (a deduzir no campo 774 do quadro 07 da declaração)

	NORMATIVO LEGAL	DEDUÇÃO EFETUADA
	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)	401
	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]	402
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)	403
	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º 1, al. c) e d) do EBF]	404
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)	405
	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF	406 60, 00
	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)	407 0, 00
	Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)	408
	Remuneração convencional do capital social - PME (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)	409 0, 00
	Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)	412
	Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)	413
	Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)	414
	Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)	415
	Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)	416
	Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)	417
	Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)	418
	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)	419
	Outras deduções ao rendimento	410
	TOTAL DAS DEDUÇÕES (401 + + 410 + 412 + + 419)	411 60, 00

04-A		Campo 410 - Outras deduções ao rendimento			
		Código do benefício		Montante	
041		TRANSMISSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA SOCIEDADE FUNDIDA OU CINDIDA OU DA SOCIEDADE CONTRIBUIDORA (art.º 75.º-A do CIRC)			
		Código do benefício		NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora	Montante
11		DEDUÇÕES À MATÉRIA COLETÁVEL (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)			
111		COLETIVIDADES DESPORTIVAS (art.º 54.º, n.º 2 do EBF)			
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
1111		1112		1113	1114
05		SOC. GESTORAS DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS (SGPS), SOC. DE CAPITAL DE RISCO (SCR) E INVESTIDORES DE CAPITAL DE RISCO (ICR)			
Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				501	
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				502	
06		ENTIDADES LICENCIADAS NA ZONA FRANCA DA MADEIRA			
Data do licenciamento		601	<div> <div>Ano</div> <div>Mês</div> <div>Dia</div> </div>		
Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)	604		Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)	605	
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade		602			
Número de postos de trabalho:	No início do período de tributação	606	No final do período de tributação	607	
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade		603			
061		APURAMENTO DO LIMITE MÁXIMO APLICÁVEL AOS BENEFÍCIOS FISCAIS RELATIVOS AO PERÍODO (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)			
Benefício correspondente à diferença:					
• Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)				608	
• Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				609	
• Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				610	
• Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)				611	
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)				612	
Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				613	
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)				614 0, 00	
Valor acrescentado bruto obtido no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]				615	
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]				616	
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]				617	
Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)				618	
07		DEDUÇÕES À COLETA (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)			
071		GRANDES PROJETOS DE INVESTIMENTO (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
	701	702	703	704	
072		PROJETOS DE INVESTIMENTO À INTERNACIONALIZAÇÃO (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)		
705	706	707	708 0, 00		
073		SIFIDE - SISTEMA DE INCENTIVOS FISCAIS EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL (Lei n.º 40/2005, de 3/8) E SIFIDE II (art.º 133.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
	709	710	711	712	
074		REGIME FISCAL DE APOIO AO INVESTIMENTO (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26.º a 32.º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)			
Diploma	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)	
	713	714	715	716	
076		CRÉDITO FISCAL EXTRAORDINÁRIO AO INVESTIMENTO (Lei n.º 49/2013, de 16/07)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte(s)		
722	723	724	725 0, 00		

075	OUTRAS DEDUÇÕES À COLETA	
	Normativo legal	Dedução efetuada
	Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22 /1)	717
	Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A, de 20/1)	726
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36.º, n.º 5 e 36.º-A, n.º 6 do EBF)	718
	Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)	719
	Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.ºs 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)	727
	Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)	728
		720
	TOTAL DAS DEDUÇÕES (703+707+711+715+724+717+726+718+719+727+728+720)	721 0,00

077	TRANSMISSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS DA SOCIEDADE FUNDIDA OU CINDIDA OU DA SOCIEDADE CONTRIBUIDORA (art.º 75.º-A do CIRC)				
	Código do benefício	NIF soc. fundada, cindida ou contribuidora	Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período

078 INCENTIVOS SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (CFI aprovado pelo DL n.º 162/2014, de 31/10) (para benefícios cujo direito foi adquirido em ou após 01/01/2015)

746	735	736	737	Incentivos			
Código do benefício	Região elegível (art.º 43.º do CFI)	Código CAE da entidade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)	Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)	Fiscais		740 Não Fiscais	741 Total
				738 IRC	739 IMI, IMT e SELO		

Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro Sim ☐ 1 Não ☐ 2

[illegible]

09	INCENTIVOS FISCAIS SUJEITOS À REGRA DE MINIMIS																
TOTAL DOS INCENTIVOS DE ANOS ANTERIORES (DE NATUREZA FISCAL E NÃO FISCAL)																	
N-2		<div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px;"></div>			901			N-1			<div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px;"></div>			902			
INCENTIVOS DO ANO																	
Incentivos de natureza não fiscal														903			
Incentivos de natureza fiscal																	
Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC										904-A							
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)										904-B							
Redução da taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º do EBF)										904-C							
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º 1, al. b) e n.º 5 do CFI, revogado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC										904-D							
TOTAL DOS INCENTIVOS DO ANO DE NATUREZA FISCAL (904-A + 904-B + 904-C + 904-D)														904		0,00	
TOTAL DOS INCENTIVOS DO TRIÉNIO (901+ 902 + 903 + 904)														905		0,00	
IRC A REGULARIZAR (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)														906		0,00	
Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de <i>minimis</i>)										907		NIF <div style="border: 1px solid black; width: 40px; height: 20px;"></div>					

10	INCENTIVOS FISCAIS À INTERIORIDADE LIGADOS AO INVESTIMENTO SUJEITOS ÀS TAXAS MÁXIMAS DE AUXÍLIOS REGIONAIS (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração																
Investimentos elegíveis				TANGÍVEL			INTANGÍVEL			TOTAL							
				1001			1002			1003							
										0,00							
AUXÍLIOS AO INVESTIMENTO																	
Redução dos encargos com a segurança social X (1 - taxa do IRC)										1004							
Majoração das depreciações				MAJORAÇÃO			TAXA DO IRC			VALOR DO AUXÍLIO							
				1005			1006			1007							
										0,00							
Majorações dos encargos com a segurança social				1008			1009			1010							
										0,00							
Majorações do crédito fiscal ao investimento				1011													
Outros				1012													
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004+1007+1010+1011+1012)										1013						0,00	
Taxa de auxílio										1014						0,0 %	
Taxa máxima legal aplicável										1015						%	
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)										1016							

11	INFORMAÇÃO ADICIONAL - AUXÍLIOS DE ESTADO														
1. É considerada empresa autónoma nos termos do artigo 3.º do Anexo I do Regulamento (UE) n.º 651/2014, da Comissão, de 16 de junho, e do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro? Sim 1 <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div> Não 2 <div style="border: 1px solid black; width: 20px; height: 20px;"></div>															
2. Em caso negativo, indique o(s) NIF(s) da(s) empresa(s) parceira(s) e/ou associada(s) tal como definido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º dos diplomas indicados. 3 NIF <div style="border: 1px solid black; width: 100px; height: 20px;"></div>															